



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

UNIDADE ORÇAMENTARIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

PERIODO DE REFERENCIA: EXERCÍCIO DE 2023.

O Controle Interno do Município de São José da Boa Vista foi criado pela Lei Municipal 647/2007, e sua atuação independente vêm contribuindo para que o Município alcance os mandamentos Constitucionais fixados no *caput* do seu artigo 37: moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência. Este último mandamento – eficiência vem recebendo uma atenção especial, no tocante à avaliação dos resultados de gestão.

Todos os Programas de trabalho executados no exercício de 2023 foram devidamente criados no PPA e autorizados na LDO.

Em relação à criação de condições para eficácia do Controle Externo, o Controle Interno atendeu prontamente, vez que, com o efeito pedagógico de suas orientações, acabou por facilitar o cumprimento das Instruções Normativas e Sumulares dos egrégios Tribunais de Contas do Estado e da União.

Em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, podemos dizer que estas foram criadas através de Lei Municipal 1.050/2022, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023.

Para a confecção e posterior análise dos gráficos de receitas e despesas serão levados em conta os seguintes parâmetros:

RECEITAS		
Descrição	Valor	%
Valor anual previsto (1)	R\$ 27.059.950,00	100%
Valor mensal previsto (2 = 1 : 12)	R\$ 2.254.995,83	8,33%
Valor bimestral previsto (3 = 2 x 2)	R\$ 4.509.991,67	16,66%

DESPESAS		
Descrição	Valor	%
Valor anual previsto (4)	R\$ 25.165.753,00	100%
Valor mensal previsto (5 = 1 : 12)	R\$ 2.097.146,08	8,33%
Valor bimestral previsto (6 = 2 x 2)	R\$ 4.194.292,17	16,66%



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal 1.051/2022 (Lei Orçamentária Anual) determinou a previsão anual para as receitas e despesas do exercício de 2023, ficando estabelecidas das seguintes formas:

	Previsto/ Fixado	Realizado até o 1º bim.	Percentual realizado
Receitas	27.059.950,00	5.611.079,09	20,74%
Despesas	25.165.753,00	6.100.489,75	24,24 %

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro

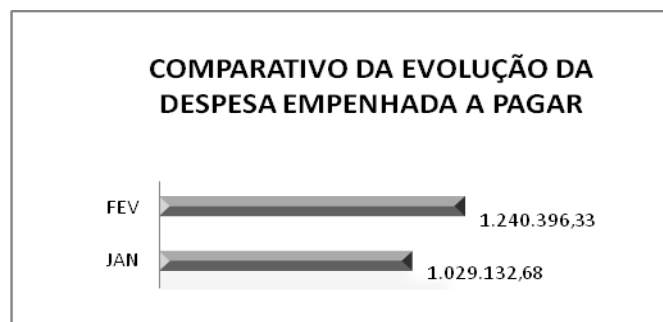
Existe uma diferença entre o valor previsto da receita para a despesa de R\$ 1.894.197,00, que se refere a valor previsto para atender as despesas do Poder Legislativo Municipal.

Verifica-se que durante o período, foi empenhada a importância de R\$ 6.100.489,75 e a receita arrecadada foi de R\$ 5.611.079,09 apresentando um déficit orçamentário de R\$ -489.410,66

Do valor empenhado de R\$ 6.100.489,75 , no final do período restou valor R\$ 1.240.396,33 como Despesa Empenhada a Pagar.

Com a finalidade de um acompanhamento mais efetivo da evolução Despesa Empenhada a Pagar.

QUADRO 1 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR.





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Verifica-se que em relação ao valor total da despesa fixada pela Lei Municipal nº 1.051/2021– LOA. O montado da despesa empenhada a pagar até o mês de **fevereiro** representa 4,93% do total orçado para o ano.

QUADRO 2 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR POR ÓRGÃO/UNIDADE.

ORGÃO/UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR
02.001	GABINETE DO PREFEITO	7.403,48
02.002	CONTROLE INTERNO	1.031,20
02.003	COMDEC/FUNDEC - DEFESA CIVIL	0,00
02.005	PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	4.867,44
03.001	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	70.940,62
04.001	DIVISÃO DE FINANÇAS	12.424,09
05.001	DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	90.194,09
05.002	DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	171.432,10
05.004	DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	44.494,21
05.005	DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	7.412,94
05.006	FMHAB- DIVISÃO DE HABITAÇÃO	49,90
06.001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	326.144,94
06.002	DIVISÃO DE CULTURA	7.197,56
06.003	DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	17.033,37
07.001	DIVISÃO DE SAUDE	375.985,05
07.002	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.268,09
08.001	DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	4.167,73
08.002	DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	3.442,27
09.001	DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	41.195,03
10.001	DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	35.245,35
10.002	DIV. PROJETOS AO IDOSO ,DEFIC. E MULHER	5.546,87
11.001	DIV. DE FOMENTO A INDUS. E COM.	12.920,00
99.099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total		1.240.396,33

Fontes de dados: Relação de Empenhos (Desk)

QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA EMPENHADA A PAGAR POR RUBRICAS.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00%
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS	0,00	0,00%
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES	0,00	0,00%
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	0,00	0,00%
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	237.658,82	19,16%
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE DIVIDAS POR CTT	0,00	0,00%
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00%
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00%
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PÚBLICO	0,00	0,00%
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS	2.371,12	0,19%
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	331.970,49	26,76%
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PF	41.895,15	3,38%
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	394.862,82	31,83%
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	0,00	0,00%
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPEAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00%
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	0,00	0,00%
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00%
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	231.637,93	18,67%
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	0,00	0,00%
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIV. CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00%
TOTAL		1.240.396,33	100,00%

Fontes de dados: Relação de Empenhos (Desk)

Outro ponto a ser observado na execução orçamentária passa pelo acompanhamento do superávit ou déficit orçamentário, para tal, através do relatório “Balanço Orçamentário – Anexo 12” obtêm-se os dados para a confecção do quadro “Evolução da Realização Orçamentária” .

QUADRO 4 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Demonstração do Resultado Orçamentário



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	26.919.250,00	26.919.250,00	5.539.545,37	-21.379.704,63
RECEITAS DE CAPITAL	140.700,00	140.700,00	71.533,72	-69.166,28
SUBTOTAL RECEITAS	27.059.950,00	27.059.950,00	5.611.079,09	-21.448.870,91

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

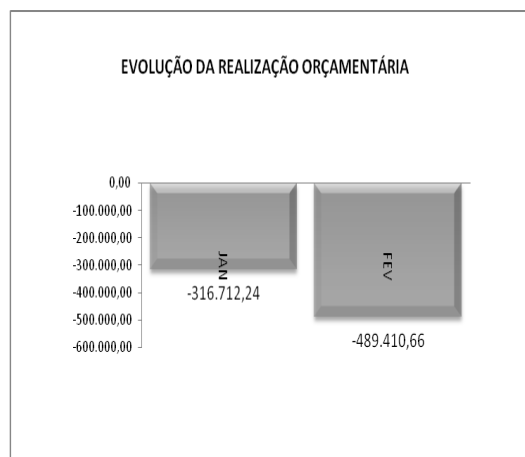
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	23.198.454,02	23.916.646,77	5.550.530,83	18.366.115,94
DESPESAS DE CAPITAL	1.696.699,48	2.111.999,81	549.958,92	1.562.040,89
RESERVA CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0	270.599,50
SUBTOTAL DESPESAS	25.165.753,00	26.299.246,08	6.100.489,75	20.198.756,33

DÉFICIT

-489.410,66

Fontes de dados: Anexo 12 – Balanço Orçamentário

	JAN	FEV
Superávit/Déficit - ACUMULADO	- 316.712,24	- 489.410,66



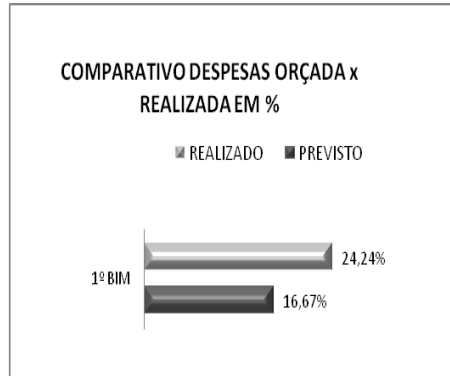
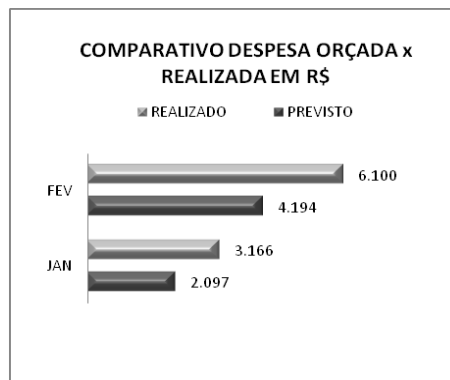
**QUADRO 2 - COMPARATIVO MENSAL DAS DESPESAS ORÇADAS x
REALIZADAS – Valores x 1.000 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÕES).**



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

	JAN	FEV
PREVISTO	2.097	4.194
REALIZADO	3.166	6.100

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro



ANALISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO DESPESA	DESPESA EXECUTADA	6.100.489,75	0,24%
	DESPESA FIXADA	25.165.753,00	



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

O índice encontrado indica que, até o período foi executado 24,00% das despesas fixadas pela LOA.

ANALISE DA EXECUÇÃO DA DESPESA – ORÇADO + CRÉDITO SUPLEMENTAR

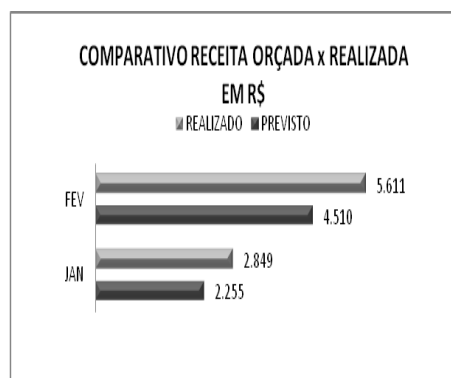
INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO DESPESA	DESPESA EXECUTADA	6.100.489,75	0,23
	DESPESA FIXADA + CRÉD. SUPLEMENTAR	26.154.246,08	

O índice encontrado indica que, até o período foi executado 23% das despesas fixadas pela LOA + créditos suplementares.

QUADRO 3 - COMPARATIVO MENSAL DAS RECEITAS ORÇADAS x REALIZADAS – Valores x 1.000 (CRONOGRAMA DE EXECUÇÕES).

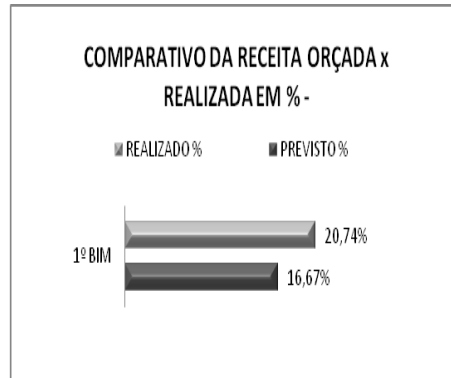
	JAN	FEV
PREVISTO	2.255	4.510
REALIZADO	2.849	5.611

Fontes de dados: Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



ANALISE DA EXECUÇÃO DA RECEITA

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
EXECUÇÃO RECEITA	RECEITA EXECUTADA	5.611.079,09	0,21
	RECEITA FIXADA	27.059.950,00	

O indice encontrado indica que, até o periodo foi executado 21,00% das receitas fixadas pela LOA.

QUADRO 4 – DEMONSTRATIVO DO DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
Títulos	Autorizada R\$	Autorizada R\$ - Atual	Realizada até o mês	% Bimestre/ mês	% Ano em relação ao total do orçamento	% Ano em relação ao total do departamento
GABINETE DO PREFEITO	481.151,11	481.151,11	74.277,34	1,22%	0,28%	15,44%
CONTROLE INTERNO	106.000,00	106.000,00	13.083,18	0,21%	0,05%	12,34%
COMDEC/FUNDEC -DEFESA CIVIL	22.000,00	22.000,00	411,90	0,01%	0,00%	1,87%
OUVIDORIA	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	326.000,00	326.000,00	82.231,43	1,35%	0,31%	25,22%
SEGURANÇA PUBLICA	132.500,00	132.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	1.945.801,17	1.945.801,17	381.899,21	6,26%	1,46%	19,63%
DIVISÃO DE FINANÇAS	835.500,00	835.500,00	164.073,95	2,69%	0,63%	19,64%
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	855.000,00	866.370,00	102.432,67	1,68%	0,39%	11,82%



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	1.123.399,48	1.369.620,15	604.670,13	9,91%	2,31%	44,15%
DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	1.532.083,50	1.587.386,50	275.400,86	4,51%	1,05%	17,35%
DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	628.000,00	637.935,00	151.514,09	2,48%	0,58%	23,75%
FMHAB - DIVISÃO DE HABITAÇÃO	110.000,00	110.000,00	149,70	0,00%	0,00%	0,14%
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	7.018.400,00	7.303.294,00	1.726.856,12	28,31%	6,60%	23,64%
DIVISÃO DE CULTURA	145.500,00	145.500,00	27.267,11	0,45%	0,10%	18,74%
DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	284.000,00	284.000,00	55.804,09	0,91%	0,21%	19,65%
DIVISÃO DE SAUDE	6.378.768,89	6.900.455,49	1.945.233,36	31,89%	7,44%	28,19%
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	127.500,00	127.500,00	2.064,83	0,03%	0,01%	1,62%
DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	203.000,00	203.000,00	30.386,66	0,50%	0,12%	14,97%
DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	262.000,00	262.000,00	38.367,65	0,63%	0,15%	14,64%
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	610.749,35	610.749,35	79.471,15	1,30%	0,30%	13,01%
DIVISÃO DE TURISMO	61.500,00	61.500,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	1.257.800,00	1.258.190,71	265.814,24	4,36%	1,02%	21,13%
DIV. PROJ. AO IDOSO, DEFIC. E MULHER	306.000,00	309.693,10	36.905,08	0,60%	0,14%	11,92%
DIV. INDUS. E COMÉRCIO	130.000,00	130.000,00	42.175,00	0,69%	0,16%	32,44%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	25.165.753,00	26.299.246,08	6.100.489,75	100,00%	23,33%	

Fontes de dados: Balancete da Despesa (Execução c/ anulações).

Para análise deste quadro, utilizar-se do seguinte parâmetro:

-No campo “ % Bimestre ” o valor percentual apresentado esta em relação ao total “realizado até o mês”.

-No campo “ % Ano ” o valor percentual apresentado esta em relação ao total “Autorizado em R\$”.

* Do valor fixado para as Despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 1051/2022 R\$ 25.165.753,00 para o total “Autorizado em R\$ - Atual” deste quadro no valor de R\$ 26.299.246,08, existe uma diferença de R\$ 1.133.493,08. Resultando da abertura de créditos adicionais suplementares onde R\$ 0,68 é proveniente de Excesso de Arrecadação e R\$ 1.133.492,40 de Superávit Financeiro apresentado no exercício anterior apurado no Balanço Patrimonial.

QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS						
Títulos	Autorizada R\$	Saldo da unidade no 1º bimestre	Diferença	Excesso de arrecadação	Superávit financeiro	Operações de crédito
GABINETE DO PREFEITO	481.151,11	481.151,11	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE INTERNO	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMDEC/FUNDEC -DEFESA CIVIL	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUVIDORIA	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

PROCURADORIA GERAL MUNICIPIO	326.000,00	326.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	132.500,00	132.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	1.945.801,17	1.945.801,17	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE FINANÇAS	835.500,00	835.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS	855.000,00	866.370,00	11.370,00	0,00	11.370,00	0,00
DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS	1.123.399,48	1.369.620,15	246.220,67	0,00	246.220,67	0,00
DIVISÃO DE VIAÇÃO RURAL	1.532.083,50	1.587.386,50	55.303,00	0,00	55.303,00	0,00
DIVISÃO DE VIAÇÃO URBANA	628.000,00	637.935,00	9.935,00	0,00	9.935,00	0,00
FMHAB - DIVISÃO DE HABITAÇÃO	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	7.018.400,00	7.303.294,00	284.894,00	0,00	284.894,00	0,00
DIVISÃO DE CULTURA	145.500,00	145.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER	284.000,00	284.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE SAUDE	6.378.768,89	6.900.455,49	521.686,60	0,00	521.686,60	0,00
DIVISÃO VIGILÂNCIA SANITÁRIA	127.500,00	127.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE FOMENTO AGRICULTURA	203.000,00	203.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO	262.000,00	262.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	610.749,35	610.749,35	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVISÃO DE TURISMO	61.500,00	61.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIV. PROMOÇÃO SOCIAL E PROG. SOCIAIS	1.257.800,00	1.258.190,71	390,71	0,68	390,03	0,00
DIV. PROJ. AO IDOSO, DEFIC. E MULHER	306.000,00	309.693,10	3.693,10	0,00	3.693,10	0,00
DIV. INDUS. E COMÉRCIO	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	270.599,50	270.599,50	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	25.165.753,00	26.299.246,08	1.133.493,08	0,68	1.133.492,40	0,00

Fontes de dados: THEO - Relação de Alterações Orçamentárias.

Os créditos suplementares e especiais obedeceram ao previsto no § 8º do art. 165, c/c art. 167, VI, ambos da Constituição Federal, as solicitações de alterações orçamentárias foram compatíveis com os conceitos, definições, limites e vedações estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Orgânica do Município, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, assim como na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e em todos os atos complementares pertinentes a matéria orçamentária que se encontrar em vigor.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

QUADRO 6 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR RUBRICA

RUBRICA	DESCRIÇÃO	VALOR	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS (folha)	38.486,62	0,63%
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS	46.137,48	0,76%
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES	24.467,72	0,40%
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	2.297.637,44	37,66%
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	469.793,90	7,70%
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE DIVIDAS POR CTT	0,00	0,00%
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS (Serviços de terceiros PJ)	26.365,85	0,43%
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00%
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PÚBLICO	61.143,11	1,00%
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS	20.144,45	0,33%
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	894.557,76	14,66%
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PF	126.104,62	2,07%
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	1.484.459,10	24,33%
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUITIVAS	61.232,78	1,00%
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	0,00%
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00%
4.4.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERV. TERCEIROS - PJ	0,00	0,00%
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	163.666,82	2,68%
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE	386.292,10	6,33%
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	0,00	0,00%
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIV. CONTRATUAL RESGATADO	0,00	0,00%
TOTAL		6.100.489,75	100,00%

Fontes de dados: Relação de Empenhos (DESK)

ANALISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RECEITA ARRECADADA	5.611.079,09	0,92
	DESPEZA EXECUTADA	6.100.489,75	

O indice encontrado indica que no periodo a receita arrecadada foi 8% inferior as despesas executadas. Resultando em um déficit orçamentário.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

GESTÃO FINANCEIRA

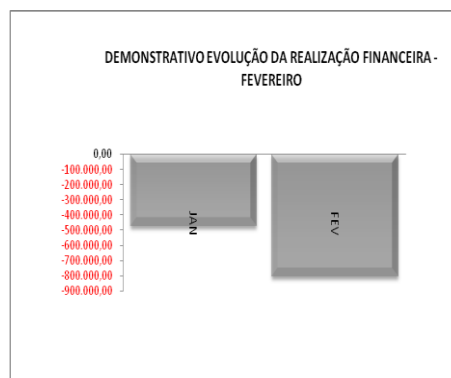
QUADRO 7 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Demonstração do Resultado Financeiro

(+) RECEITAS CORRENTES (A)	5.539.545,37
(+) RECEITAS DE CAPITAL (B)	71.533,72
(+) TRANSF. FINANCEIRA (C)	0,00
(-) DESPESAS CORRENTES (D)	- 5.550.530,83
(-) DESPESAS DE CAPITAL (E)	-549.958,92
(-) TRANSF. FINANCEIRA (F)	-315.699,50
= RESULTADO FINANCEIRO	-805.110,16

Fontes de dados: Anexo 13 – Balanço Financeiro

	JAN	FEV
Superávit/Déficit - ACUMULADO	-474.561,99	-805.110,16





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Em relação aos recursos financeiros verificou-se no período o seguinte: os recursos disponíveis são da ordem de R\$ 8.032.113,23 sendo, R\$ 8.031.275,29 nas contas movimento e R\$ 837,94 na conta caixa.

O Controle Interno conferiu os ditames contidos no art. 42 da LC 101/00. Vejamos:

Das disponibilidades Financeiras:

1) Saldo em Disponibilidade:		
Caixa	R\$	837,94
Bancos (Contas Movimento)	R\$	8.031.275,29
SOMA	R\$	8.032.113,23

2) Restos a Pagar Exercícios Anteriores:		
Despesas Processadas	R\$	0,03
Despesas Não Processadas	R\$	46.494,89
SOMA	R\$	46.494,92

3) Restos a Pagar Inscritos:		
Despesas Processadas	R\$	507.803,72
Despesas Não Processadas (não liquidadas)	R\$	35.118,46
SOMA	R\$	542.922,18

4) Demais Obrigações Financeiras:		
Valores restituíveis	R\$	183.213,15

Disponibilidade de caixa – restos a pagar (1-2-3-4)	R\$	7.259.482,98
--	------------	---------------------

Fontes de dados: Balancete de Verificação.

APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A apuração da receita corrente líquida observará o entendimento adotado pelo Acórdão nº 1.509/2006, do Colegiado Pleno do Tribunal de Contas do



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Paraná, metodologia pela qual são excluídos da base às receitas provenientes de transferências voluntárias, os recursos do Sistema Único de Saúde, as receitas de compensações financeiras e os repasses do Salário-Educação/FNDE. Bem como pelo Acórdão nº 870/07 pelo qual será expurgado o valor dos Royalties do calculo da Receita Corrente Líquida. E a IN 174/2022 do Tribunal de Contas do Paraná.

QUADRO 8 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 03/2022 a 02/2023	
Receita Realizada nos últimos 12 meses	
DESCRIÇÃO	TOTAL
RECEITA CORRENTE	37.331.913,53
DEDUÇÕES	4.797.988,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	32.533.925,12

Fontes de dados: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida – TCE-Pr

GESTÃO PATRIMONIAL

Uma rubrica que vem recebendo atenção do Controle Interno é a Dívida Ativa Tributária , que no encerramento do período analisado totalizou R\$ 1.249.670,52. Com o intuito de arrecadar os valores inscritos em Divida Ativa a Procuradoria tem enviado os processos para execução judicial.

LIQUIDEZ CORRENTE

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO FINANCEIRO (circulante)	10.154.565,53	13,00
	PASSIVO FINANCEIRO (circulante)	781.234,57	

Fontes de dados: Balanço Patrimonial – Anexo 14

Este índice demonstra que para cada um real de dívida – a curto prazo – esta Prefeitura dispõe de \$ 13,00 no período. Apresentando uma quantidade



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

substancial de ativos circulantes em relação às suas dívidas de curto prazo possuindo uma boa posição para cumprir suas obrigações imediatas.

INDICE LIQUIDEZ GERAL

INDICADOR	FORMULA	VALORES	INDICE
LIQUIDEZ GERAL	ATIVO FINANCEIRO (circulante) (a)	8.032.113,23	((a + b) / c)
	CRÉDITOS (b)	2.077.040,43	
	PASSIVO FINANCEIRO (c)	781.234,57	12,94

Fontes de dados: Balanço Patrimonial – Anexo 14

O índice demonstra que esta prefeitura possui uma quantidade substancial de ativos líquidos em relação às suas dívidas e obrigações. Apresentando assim uma capacidade sólida de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

DEMAIS VERIFICAÇÕES

AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, BEM COMO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

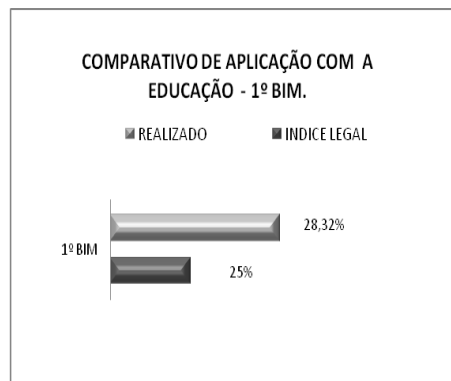
QUADRO 9 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DO INDICE - MDE	
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDA CONSIDERADA PARA FINS DE LIMITE (A)	1.475.374,92
TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (B)	5.210.356,78
INDICE AJUSTADO DE APLICAÇÃO NO ENSINO (Mínimo 25%) - ((A)/(B) x 100%)	28,32 %

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES



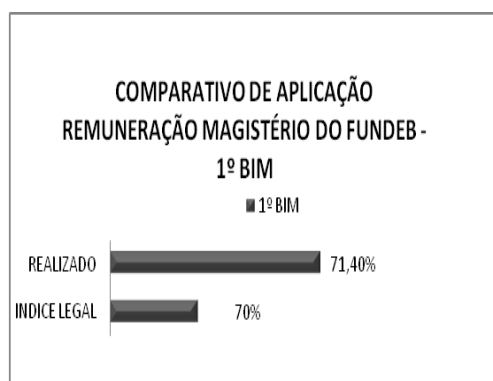
Em relação ao ensino, o Controle Interno acompanhou a aplicação do Município das receitas vinculadas na sua manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme art. 212 da Constituição Federal:

APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDEB:

QUADRO 10 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM FUNDEB.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DO INDICE DO FUNDEB	
PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (A)	503.963,76
RECEITAS RECEBIDAS FUNDEB (B)	705.869,30
INDICE APURADO - (A/B x 100)%	71,40%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr





RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

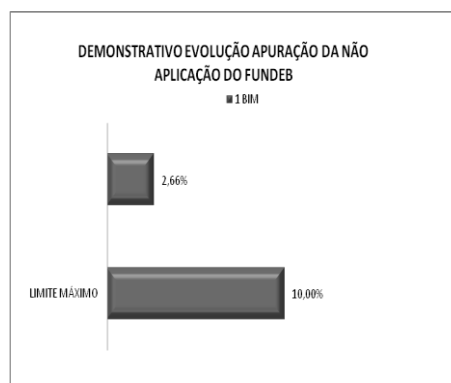
Segundo o art. 37 da Lei nº 14.113/2020 as receitas e despesas com MDE foram apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

A comprovação da correta aplicação dos recursos do FUNDEB foi realizada através de demonstrativos gerenciais que ficarão permanentemente à disposição do Conselho, órgãos federais, estaduais, municipais e por meio do RREO (Art. 165, § 3º da CF, artigo 36 da Lei nº 14.113/2020).

QUADRO 11 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO FUNDEB RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO.

DEMONSTRATIVO DO CALCULO DE APURAÇÃO DA NÃO APLICAÇÃO DO FUNDEB	
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB (A)	705.869,30
TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS (B)	707.242,82
VALOR MÁXIMO PERMITIDO (C) = (A*10%)	70.586,93
VALOR NÃO APLICADO (D) = (A-B)	18.770,48
INDICE APURADO - ((D*100) / A)%	2,66%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – TCE-Pr



Conforme o quadro acima se pode observar que o município cumpriu o que dispõe o § 3º do art. 25 da Lei Federal nº 14.113/2020 ficando o índice em 2,66% estando dentro do limite Máximo de 10% da não utilização do total dos recursos do



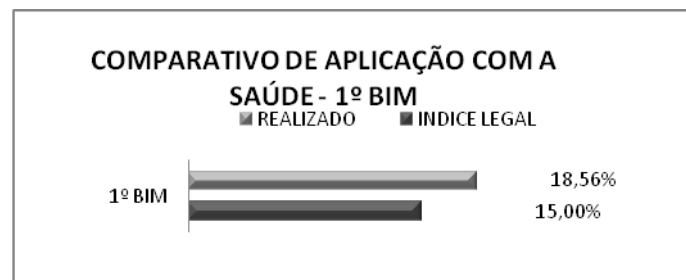
RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

FUNDEB repassados no exercício. Sendo possível serem utilizados até os quatro primeiros meses do ano seguinte mediante abertura de crédito adicional.

QUADRO 12 - RESUMO DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE – MUNICÍPIOS 01/2023 A 02/2023	
VALOR APLICADO EM ASPS (A) -(XI) Despesas empenhadas	R\$ 967.026,75
REC. IMPOSTOS E TRANSF. CONST. LEGAIS (B) - (III)	R\$ 5.210.356,78
INDICE APURADO ((Ax100)/B) (VIII)	18,56%

Fontes de dados: Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde. – TCE-Pr.



O Controle Interno apurou de forma concomitante à execução orçamentária, os gastos nas ações e serviços públicos de saúde, conforme item III do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (percentual mínimo de 15%)

QUADRO 13 – DESPESAS COM PESSOAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 03/2022 à 02/2023						
DATA BASE	RECEITA CORRENTE LIQUIDA - AJUSTADA	DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL	% DESPENDIDO	LIMITE DE ALERTA	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
28/02/2023	31.895.389,12	16.923.693,42	53,06%	48,60%	51,30%	54,00%

Fontes de dados: Demonstrativo da Despesa com Pessoal – TCE – Pr.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Há um acompanhamento bimestral da evolução das despesas com pessoal. Consideramos como despesa com pessoal as despesas exibidas no art.18 da LC 101/00.

Verifica-se que o Poder Executivo esta dentro dos percentuais da LC 101/00, art.19, III e art. 20, III em relação a Despesas com Pessoal.

DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

A dívida consolidada líquida é a diferença entre a dívida total (passivos financeiros) de uma entidade e seus ativos financeiros líquidos (caixa, equivalentes de caixa e outros ativos líquidos). Ela representa o valor líquido da dívida da entidade após a consideração de seus ativos disponíveis.

A DCL é um indicador importante para avaliar a sustentabilidade fiscal e a saúde financeira dos entes federativos, e sua análise é influenciada por vários aspectos das finanças públicas abordados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Um índice negativo indica que a dívida consolidada líquida diminuiu, enquanto um índice positivo indicaria um aumento na dívida.

DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	- 7.957.511,65
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	31.983.925,12
% DA RCL	-24,88%

ANÁLISE DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO

O Município de São José da Boa Vista atendeu o disposto no art. 29 – A, da Constituição Federal e efetivou no exercício, repasse de R\$ 315.699,50 para o



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

Legislativo, valor dentro do percentual de 7,00% constante no inciso I do art. 29 – A (inciso I: caso de Município com até cem mil habitantes).

Fontes de dados: Balancete de Verificação. – Mascára 3.5.1

LICITAÇÕES

Foram usados os procedimentos essenciais para a realização de licitações e a formalização de contratos administrativos, em que a Administração Pública convocou, mediante condições estabelecidas em ato próprio, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

Os processos de licitações garantiram a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior numero possível de concorrentes. Para alcançar este intento esta prefeitura adotou em sua maioria, o formato eletrônico para a realização dos certames.

Também se observou que algumas despesas não foram precedidas de licitação, entendendo esta controladoria que a regra para a administração publica é realizar sempre e previamente o procedimento licitatório. Embora nestes casos não se observa prejuízo ao erário e que efetivamente os produtos foram entregues, a comissão de licitação e pregoeiro foram orientados a realizar reuniões periódicas com o Secretariado Municipal a fim de orientá-los sobre tal exigência legal.

RELATORIOS DE RREO E RGF

Os relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal encontram-se em perfeita ordem nos termos da legislação e foram todos devidamente publicados nos termos do calendário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

CONSIDERAÇÕES DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO

O presente relatório visa acompanhar a execução orçamentária, através de relatórios da contabilidade.

Observa-se que o montante empenhado comprometeu 24,24% do orçamento anual, índice 7,57% acima do cronograma que seria de 16,67% para período. Já as receitas ficaram em 20,74%, índice 4,07% maior que o orçado para o período. Tais índices percentuais são em relação aos valores apresentados na receita e despesa da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ao levar-se em consideração a despesa fixada + Crédito suplementar, o índice de comprometimento do orçamento vem para 23,00%. No entanto o ideal é que se acompanhe o cronograma mensal.

Verificou-se que o valor dos empenhos a pagar foi de R\$ 1.240.396,33, representando 4,93% do total da despesa orçada para 2023.

Em relação ao art. 212 da Constituição Federal a aplicação mínima é de 25% das receitas resultantes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo que o município aplicou no bimestre 28,32%. Ficando a aplicação do município 3,32% acima do limite constitucional no período.

Conforme instrui o item XI do art. 212-A da Constituição Federal, o valor mínimo de aplicação do FUNDEB é de 70% para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica. Onde o município aplicou no exercício 71,40%, estando 1,40% acima do índice legal.

Com relação às receitas totais do FUNDEB recebidas e não aplicadas no exercício, conforme trata o §3º do art. 25 da Lei Federal 14.113/2020 é de no máximo 10%. Estando esta prefeitura com um índice de 2,66%.

O item III do art. 77º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina a aplicação mínima na saúde de 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos tratados no art. 158 e 159, inciso I alínea B e §3º, aplicando o município 18,56% no período.

Quanto à execução orçamentária observou-se um déficit orçamentário no valor de R\$ - 486.410,66 no presente período. Já a execução financeira apresenta um déficit no valor de R\$ - 805.110,16.



RELATORIO DO CONTROLE INTERNO – VERIFICAÇÃO DE INDICES E VALORES

As Despesas com Pessoal atingiram o índice de 53,06%, estando dentro do índice legal conforme dispõe o art. 19, item III e o art. 20, item III da Lei Complementar nº 101/00 e ao art. 13 da Instrução Normativas 174/2022 do TCE-PR que define que os gastos com despesa total com pessoal do poder executivo não deverá exceder 54% da Receita Corrente Líquida – RCL. Entretanto excedendo o limite de prudencial que é 51,30%, estando sujeito a Administração as limitações do parágrafo único do art. 22 da LRF.

Conforme demonstra o relatório “Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” o percentual da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida é de - 24,88%.

É o que nos coube relatar. Coordenadoria do Controle Interno do Município de São José da Boa Vista.

São José da Boa Vista, 16 de agosto de 2023.*

LUCAS DE OLIVEIRA
CONTADOR DO MUNICIPIO
DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Pr.

NELTON SHISHITO
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO
DO MUNICIPIO DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Pr.
CRA -18.332-Pr

**O presente relatório deveria ter sido elaborado em data anterior, mas devido a algumas contingências, tal não ocorreu.*